



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

ANAUÊ JACIARA MAISON

A PESSOA IDOSA E O RETORNO A SALA DE AULA: nunca é tarde.

CHAPECÓ

2019

ANAUÊ JACIARA MAISON

A PESSOA IDOSA E O RETORNO A SALA DE AULA: nunca é tarde.

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado como requisito para a obtenção do título de
Licenciada em Ciências Sociais da Universidade
Federal da Fronteira Sul.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Alice Canzi Ames

CHAPECÓ

2019

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Maison, Anauê Jaciara

A pessoa idosa e o retorno a sala de aula: nunca é tarde / Anauê Jaciara Maison. -- 2019.

53 f.

Orientadora: Doutorado Maria Alice Canzi Ames.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Ciências Sociais-Licenciatura, Chapecó, SC , 2019.

1. Envelhecimento. 2. Educação. I. Ames, Maria Alice
Canzi, orient. II. Universidade Federal da Fronteira
Sul. III. Título.

ANAUÊ JACIARA MAISON

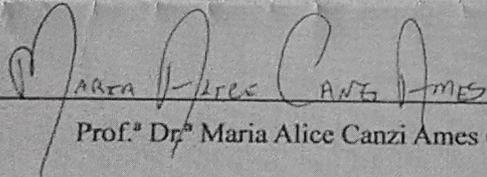
A PESSOA IDOSA E O RETORNO A SALA DE AULA: nunca é tarde.

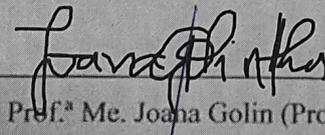
Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para a obtenção do título de Licenciada em Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul.

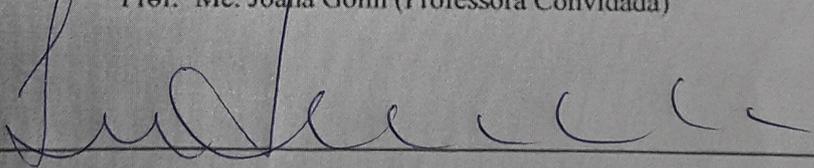
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Alice Canzi Ames

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em: 02/12/2019.

BANCA EXAMINADORA


Prof.^a Dr.^a Maria Alice Canzi Ames (UFFS/Cerro Largo)


Prof.^a Me. Joana Golin (Professora Convidada)


Ivete Isabel Zanela (Convidada)

Gestora da Escola Básica Municipal de Educação de Jovens e Adultos Paulo Freire

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a minha orientadora professora Maria Alice Canzi Ames, pela paciência, apoio, dedicação e todos os ensinamentos. Agradeço aos meus amigos que sempre estiveram disponíveis para me ouvir nos momentos ruins, me incentivando e dando apoio para não desistir principalmente a Cassiane e a Cleide.

Agradeço aos meus colegas de graduação, embora nos perdemos no meio do caminho, cada um seguiu seu curso, foi possível durante a graduação a troca de experiências e também a oportunidade aprendermos uns com os outros.

Agradeço a todos os professores do curso de Ciências Sociais pelos ensinamentos, e a Universidade Federal da Fronteira Sul por proporcionar um ensino gratuito e de qualidade e ter contribuído com um sonho, foi também um espaço em que muitas vezes estive cansada, mas sempre me senti bem acolhida.

Agradeço também aos profissionais da escola Paulo Freire que foram muito acolhedores, acessíveis e em especial aos idosos que se disponibilizaram a participar da pesquisa, todos foram muito importantes na construção desse trabalho.

RESUMO

O presente trabalho objetivou apresentar os impactos da educação no processo de envelhecimento, no qual é considerado como um processo natural e nele muitas questões merecem atenção, a sociedade está envelhecendo. Diante disso o presente trabalho é resultado de uma pesquisa qualitativa e descritiva, utilizando-se da técnica da entrevista semiestruturada, na qual possibilitou investigar a realidade do contexto escolar na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Escola Básica Municipal de Educação de Jovens e Adultos Paulo Freire local onde os idosos pesquisados estavam inseridos. As discussões do presente trabalho contaram com a temática do envelhecimento, as concepções sobre esse processo na sociedade, a trajetória histórica do EJA, e também com as questões relacionados às legislações referentes aos direitos dos idosos e principalmente ao direito fundamental à educação. Os resultados demonstraram que a educação passou por diferentes configurações durante a formação da sociedade brasileira, assumindo diferentes papéis, ideologias e interesses por parte do Estado, na atualidade identificou-se que ela contribui para melhora da qualidade de vida da pessoa idosa.

Palavras-chave: Envelhecimento. Educação de Jovens e Adultos. Direito à educação da pessoa idosa.

ABSTRACT

The present work aimed to present the impacts of education on the aging process, in which it is considered as a natural process and in it many issues deserve attention, society is aging. Therefore, the present work is the result of a qualitative and descriptive research, using the semi-structured interview technique, in which it made it possible to investigate the reality of the school context in the Youth and Adult Education (EJA) modality in the Paulo Freire's Municipal Basic School of Youth and Adult Education where the elderly surveyed were inserted. The discussions of the present work had the theme of aging, the conceptions about this process in society, the historical trajectory of the EJA, and also with issues related to legislation related to the rights of the elderly and mainly fundamental right to education. The results showed that education went through different configurations during the formation of Brazilian society, assuming different roles, ideologies and interests by the State, currently it was identified that it contributes to improving the quality of life of the elderly person.

Keywords: Ageing. Youth and adult education. The right to education of the elderly person.

LISTA DE SIGLAS

CNE	Conselho Nacional de Educação
EAD	Educação a Distância
EJA	Educação de Jovens e Adultos
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
OMS	Organização Mundial da Saúde
PBA	Programa Brasil Alfabetizado
PPP	Projeto Político Pedagógico
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	O ENVELHECIMENTO.....	10
2.1	AS CONCEPÇÕES SOBRE O ENVELHECIMENTO NA SOCIEDADE.....	12
3	ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	17
3.1	A QUESTÃO DA EDUCAÇÃO PARA PAULO FREIRE.....	23
4	O DIREITO E À EDUCAÇÃO DA PESSOA IDOSA NA ATUALIDADE.....	25
5	LOCAL PESQUISADO.....	27
6	METODOLOGIA DA PESQUISA.....	31
6.1	COLETA DE DADOS.....	32
6.2	SUJEITOS DA PESQUISA.....	33
6.3	CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO.....	33
6.4	ASPECTOS ÉTICOS.....	34
6.5	RISCOS E BENEFÍCIOS.....	34
7	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	34
7.1	O PERFIL DOS PESQUISADOS.....	35
7.2	A TRAJETÓRIA ESCOLAR.....	36
7.3	AS MOTIVAÇÕES PARA VOLTAR A ESTUDAR.....	37
7.4	AS CONTRIBUIÇÕES DO PROCESSO DE APRENDIZAGEM PARA A PESSOA IDOSA.....	39
7.5	SENTIMENTOS EM RELAÇÃO À ESCOLA.....	41
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
	REFERÊNCIAS.....	44
	APÊNDICES A. ROTEIRO DA ENTREVISTA APLICADA AOS IDOSOS.....	49
	APÊNDICE B. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	51

1 INTRODUÇÃO

Com o aumento significativo da população idosa, decorrem também desse processo o surgimento de novas demandas e necessidades dessa população.

Com o passar do tempo as mudanças na forma de lidar com o envelhecimento foram sendo modificadas passando por profundas transformações, nas quais podem ser encontradas no campo das políticas públicas no ordenamento jurídico e na nossa cultura.

Muitas mudanças estão ocorrendo na dinâmica da população, o cenário é de que as pessoas estão envelhecendo cada vez mais. No Brasil a pessoa idosa é aquela com 60 anos ou mais, segundo o Caderno de Atenção Básica nº 19 “o envelhecimento, antes considerado um fenômeno, hoje, faz parte da realidade da maioria das sociedades.” (BRASIL, 2006. p. 8).

A educação é considerada atualmente como um direito fundamental garantido a pessoa idosa através de legislação, na qual se insere em um determinado contexto histórico, social e cultural. Os direitos das pessoas idosas foram e são negligenciados pelo Estado e a educação é um deles, a maioria dessa população não teve acesso e quando teve foi precário à educação, ela era seletiva, excludente.

A escolha do tema se deu por considerar a importância de observarmos as múltiplas questões que envolvem o fenômeno de envelhecimento humano, dando ênfase a educação na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA, sendo essa uma modalidade utilizada no acesso à educação primária da pessoa idosa.

Segundo as Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos do Estado do Paraná, tem-se o seguinte “a Educação de Jovens e Adultos tem um papel fundamental na socialização dos sujeitos, agregando elementos e valores que os levem à emancipação e à afirmação de sua identidade cultural.” (PARANÁ, 2006, p. 29)

O objetivo geral da pesquisa, foi o de apresentar os impactos da educação no processo de envelhecimento e na vida da pessoa idosa. A hipótese que guiou esse trabalho foi no sentido de compreender se os idosos através da educação estão conquistando ou não autonomia, ganhos e benefícios nos aspectos individuais e sociais nesse ciclo de vida.

O local pesquisado foi uma escola municipal que oferta o ensino fundamental aos idosos na modalidade EJA o município de Chapecó/SC, embora a instituição atenda as demandas de outras faixas, o foco da pesquisa foi especificamente com os idosos que realizam seus estudos na instituição.

No decorrer do trabalho os itens discutidos abordam a questão do envelhecimento, as visões da sociedade sobre esse processo, a trajetória da educação de jovens e adultos em nosso país, o direito à educação na atualidade, as características do local pesquisado, a metodologia utilizada na pesquisa, apresentação e discussão dos dados coletados e por fim as considerações finais.

O envelhecimento e a educação não são algo que estão estagnados, exigindo atenção de todos, principalmente na área da pesquisa, pois há a necessidade de uma constância de atualizações acerca dos assuntos.

2 O ENVELHECIMENTO

O envelhecimento é um processo de vida que engloba diferentes dimensões entre elas biológicas, fisiológicas, funcionais, sociais, psicológicas, cada indivíduo poderá ter experiências diferentes, de acordo com as condições que estiveram e estão presentes em seu contexto que vai desde questões individuais, sociais, econômicas, espirituais, ambientais, culturais, estruturais entre outras.

Segundo Camarano e Kanso (2011), existem diferenças entre envelhecimento individual e populacional. As autoras destacam que em relação ao individual, tem-se o seguinte:

Um indivíduo envelhece à medida que a sua idade aumenta. Este é um processo irreversível, natural e individual. É acompanhado por perdas progressivas de função e de papéis sociais, um processo único que depende de capacidades básicas, adquiridas e do meio ambiente. (CAMARANO; KANSO, 2011, p. 58).

Em relação a senescência e a senilidade no processo de envelhecimento, presentes no Caderno de Atenção Básica nº 19 (2006), alguns escritos que apontam que na senescência a pessoa idosa passa por um processo de diminuição progressiva da sua reserva funcional, normalmente sem algum problema ou doença, na senilidade existem condições relacionadas a doenças, acidentes e estresse emocional, podendo gerar na pessoa idosa uma condição patológica que necessite de assistência (BRASIL, 2006).

Sobre o envelhecimento da população na sociedade brasileira, segundo as autoras destaca-se o seguinte:

Envelhecimento populacional ocorre quando aumenta a participação da população idosa no total da população. É acompanhado pelo aumento da idade média da

população. Um processo que pode ser revertido se a fecundidade aumentar. Sob o ponto de vista demográfico, o envelhecimento populacional é o resultado da manutenção por um período de tempo razoavelmente longo de taxas de crescimento da população idosa, superiores às da população mais jovem. Isto implica uma mudança nos pesos dos diversos grupos etários no total da população. Ressalta-se que o processo do envelhecimento é muito mais amplo do que uma modificação de pesos de uma determinada população, pois altera a vida dos indivíduos, as estruturas familiares, a demanda por políticas públicas e a distribuição de recursos na sociedade. (CAMARANO; KANSO, 2011, p. 59).

De acordo com Chaimowicz (2009), o cenário do século XX apresentava uma grande mortalidade, principalmente na infância, nas quais estavam relacionadas a condições precárias de vida e também por doenças transmissíveis, sendo esse um fenômeno mundial. No século XXI, diante da melhora nas condições de saúde, socioeconômicas, saneamento, diminuição ou erradicação de doenças transmissíveis, criação de políticas públicas e sociais, apontam que a preocupação em relação a população idosa atualmente está voltada para doenças não transmissíveis, ocorrendo uma mudança no perfil epidemiológico.

Alguns dados presentes no Caderno de Atenção Básica nº 19, evidenciam que o mundo está envelhecendo, “estima-se para o ano de 2050 que existam cerca de dois bilhões de pessoas com sessenta anos ou mais no mundo, a maioria delas vivendo em países em desenvolvimento.” (BRASIL, 2006, p. 8).

Como já mencionado, no Brasil a pessoa idosa é aquela com 60 anos ou mais. Em relação ao conceito de idoso, destaca-se o seguinte:

Reconhece-se a existência de uma gama bastante ampla de critérios para a demarcação do que venha a ser um ‘idoso’. O mais comum baseia-se no limite etário, como é o caso, por exemplo, da definição da Política Nacional do Idoso (Lei 8.842, de 4 de janeiro de 1994). O Estatuto do Idoso (Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003) endossa essa definição. Já a Organização Mundial da Saúde (OMS) considera como idosas as pessoas com 60 anos ou mais, se elas residem em países em desenvolvimento, e com 65 anos e mais se residem em países desenvolvidos. (PASINATO, 2004, p. 4).

A palavra idoso não refere-se somente a indivíduos em um determinado ponto do ciclo vital, “mas também em um determinado ponto do curso de vida social, pois a classificação de idoso, situa os indivíduos em diversas esferas da vida social, como o trabalho, família.” (PASINATO, 2004, p. 6).

Durante muito tempo os estudos em relação à velhice estavam no campo da fisiologia, da biologia que estavam focados nas doenças, em estudos clínicos, surgindo assim a Geriatria sendo essa uma especialidade médica, mas diante do aumento significativo dos idosos e das suas demandas percebeu-se por volta de 1930, por alguns teóricos a necessidade de que outras

áreas do conhecimento realizam-se seus estudos diante da temática do envelhecimento, como a Gerontologia que em grego quer dizer *géron* (velho, ancião) e *logia* (estudo), surgindo assim diversos estudos e pesquisas que deram um pontapé inicial na ciência do envelhecimento (NETTO, 2011).

Segundo os autores Minayo e Coimbra (2002, p. 10), “a produção científica brasileira, conforme o estudo realizado pela Unati se concentra basicamente na área das políticas de saúde, da medicina ou do campo comportamental.”

Outros olhares são importantes em relação ao envelhecimento é necessário compreendermos outros aspectos que afetam a vida da população, como: questões econômicas, políticas, sociais, ambientais, psicológicas, culturais entre outros.

2.1 AS CONCEPÇÕES SOBRE O ENVELHECIMENTO NA SOCIEDADE

Será abordado brevemente neste item algumas concepções sobre o envelhecimento e suas diferentes formas de como estão sendo pensados os processos relacionados ao tema, do que é ser idoso e idosa em nossa sociedade, a reflexão sobre alguns fenômenos sociais e culturais são fundamentais na construção do conhecimento.

De acordo com Santos (2001), em relação a aspectos filosóficos da cultural oriental, na China o idoso tem uma posição de destaque desde a antiguidade até os dias de hoje.

Segundo o texto o filósofo Lao-Tzy, percebeu a “velhice como um momento supremo, de alcance espiritual máximo, aos 60 anos de idade o ser humano atinge o momento de libertar-se de seu corpo através do êxtase de se tornar um santo.” (SANTOS, 2001, p. 91).

Na cultura ocidental, na qual estamos inseridos, outras perspectivas e valores estão envolvidos, como por exemplo, em relação às visões místicas, nos escritos de Oliveira (2011), acreditava-se que os deuses não envelheciam e os mortais sim, os egípcios se preocupavam com a morte e buscavam conservar os corpos, já que a alma poderia voltar a esse corpo, a exaltação da beleza e do físico era algo muito importante para esse povo.

Em relação os primeiros escritos sobre a velhice no Egito, no qual foi elaborado pelo poeta e filósofo Ptah-Hotep, segundo o texto “mostra a face cruel do processo de envelhecimento, comentando a velhice de modo pouco favorável, desolado e até depressivo.” (SANTOS, 2001, p. 92)

Na Grécia com os filósofos como Sócrates (469–399 a.C.), Platão (427 a.C) e Aristóteles (384-322 a.C.), ocorreram profundas mudanças em relação ao pensamento anterior predominante no Egito. (SANTOS, 2001).

Segundo o texto em Confúcio, tem-se o seguinte:

O Confucionismo tem como base a família, em cujos domínios todos devem obediência ao ser humano masculino mais velho. A autoridade do patriarca mantém-se elevada com a idade e até mesmo a mulher, tão subordinada, na velhice, passa a ter poderes mais elevados do que os jovens masculinos, exercendo influência preponderante na educação dos netos. Confúcio acreditava que a autoridade da velhice é justificada pela aquisição da sabedoria, pregando que aos 60 anos o ser humano compreende, sem necessidade de refletir, tudo o que ouve; ao completar 70 anos, pode seguir os desejos do seu coração sem transgredir regra nenhuma, e que a sua maior ambição era que os idosos pudessem viver em paz e, principalmente, que os mais jovens amassem esses seres. (SANTOS, 2001, p. 91).

Para a autora, quando Platão escreveu a república, ele mostrou “passagens onde Sócrates faz referências ao envelhecimento, como a ideia de que para os seres humanos prudentes e bem preparados, a velhice não constitui peso algum.” (SANTOS, 2001, p. 93).

Já para Aristóteles, uma boa velhice era aquela em que o ser humano estava livre de enfermidades e acreditava-se que o ser humano progredia até os 50 anos. (SANTOS, 2001).

Com o passar do tempo foram surgindo outros modelos de pensamento, na contemporaneidade no final do século 19 e início do 20, surgiram as visões da Sociologia, Psicologia, Psicanálise em relação ao homem e a sua história.

Do ponto de vista antropológico, o primeiro aspecto a se observar é que, conforme os autores, “velho não constitui uma categoria de análise e se tratarmos essa população como uma massa uniforme, perderemos a riqueza de suas possibilidades e a substituiremos por estereótipos.” (MINAYO; COIMBRA, 2002, p. 10).

Em concordância com Netto (2011), em relação ao idoso existem diferentes formas que a sociedade os percebe e que estão enraizadas, principalmente a visão preconceituosa em relação aos idosos de classe baixa, baseada em estereótipos, rótulos entre outros. A supervalorização cultural de aspectos ligados a juventude, a compreensão de que ter saúde é apenas a ausência de doenças, se fazem presente no imaginário social, valores nos quais contribuem para o estigma e marginalização desse grupo.

Segundo o texto, tem-se o seguinte:

Valores culturais sedimentados através dos anos qualificaram extremamente o potencial da juventude em detrimento da idade madura e da velhice, as quais acabaram por serem interpretadas como um misto de improdutividade de decadência. (SALGADO 1982 apud NETTO, 2011, p. 5).

Em nossa sociedade capitalista marcada pelas desigualdades sociais, nas quais podem gerar impactos negativos a população idosa. Segundo os autores em relação à velhice, destaca-se o seguinte:

No imaginário social a velhice sempre foi pensada como uma carga econômica, seja para a família, seja para a sociedade e como uma ameaça às mudanças. Essa noção tem levado as sociedades a subtraírem os velhos de seu papel e de pensar seu próprio destino. No entanto, nunca faltaram exceções a tais práticas, o que pode ser exemplificado com o reconhecimento pelas sociedades indígenas da figura do pajé ou xamã ancião ou, nas sociedades ocidentais, dos poderosos, ricos e famosos quando gozam de saúde física, mental e econômica. As exceções, porém, não podem esconder as grandes dificuldades socioeconômicas que os idosos, particularmente os pobres, sofrem nos mais diferentes contextos de vida. Por isso mesmo, a velhice é por eles auto-assumida como problema. (MINAYO; COIMBRA, 2002, p. 16).

De acordo com Paschoal (2011), em relação aos idosos no Brasil, os que se encontram em menores possibilidades de uma vida digna, não precisam lidar apenas com a imagem social da velhice que é marcada e vista como um momento de impotência, incapacidade, dependência, mas também com situações objetivas e concretas de aposentadoria insuficiente, oportunidades negadas, com a exclusão social entre outros.

Conforme Minayo (2011), em nossa cultura, a velhice é vista e pensada como um peso para diferentes atores e instituições sociais, entende-se que muitos gestores públicos e políticas públicas pensam esse processo como um gasto público e buscam encontrar formas de diminuir os impactos gerados pelos idosos no Brasil.

Nas palavras dos autores, tem-se o seguinte:

As classes privilegiadas, ao contrário, se colocam individualmente e resolvem de forma privada as demandas por assistência médica, no caso da vivência de enfermidades, e de assistência social, no caso de incapacitação. E, geralmente, os velhos ricos e saudáveis não são objeto de preocupação das políticas públicas, pois nem chegam a ser reconhecidos e nomeados por sua pertinência a um grupo etário, mas sim pelo seu poder e pelo lugar social distinto que ocupam na sociedade. (MINAYO; COIMBRA 2002. p. 19).

Outro fator importante é que muitos idosos não aceitam a condição de envelhecer, entre eles existem diferentes percepções desse processo que estão presentes socialmente e culturalmente, sendo reforçadas e naturalizadas, nas instituições e nas relações sociais.

Segundo o texto “a velhice assusta, causa mal-estar, perturba. Ninguém gosta de ser chamado de velho, é preferível utilizar conceitos mais refinados, como terceira idade, pessoa madura, etc.” (FÁVERO; SANTIN, 2008, p. 198).

De acordo com Ferreira e Barham (2011), a diminuição e até a ausência do suporte familiar, a revolução digital, as tecnologias, são dinâmicas que apresentam novos paradigmas as relações sociais.

Em relação ao envelhecimento o texto aborda as seguintes considerações.

À medida que as pessoas vivem mais, a tecnologia avança a passos largos, os meios de comunicação bombardeiam com fatos e dados, as mudanças acontecem muito rapidamente, as distâncias aumentam a cada dia, a vida é cada vez mais agitada, o tempo cada vez menor e as condições econômicas são mais difíceis, nossa sociedade passa por grandes modificações. Isso tudo exige a introdução de novos conceitos e maneiras diferentes de viver e uma grande flexibilidade e capacidade de adaptação, que o velho nem sempre tem, o que o leva a ter mais problemas. O aumento do número de velhos no Brasil, até há pouco considerado um país de jovens, começa a dar lugar a uma realidade diferente e traz a consciência de que a velhice existe e é uma questão social que pede uma atenção muito grande. (ZIMERMAN, 2005, p. 24).

Na área do direito conforme Faleiros (2007), à velhice era considerada improdutiva, os direitos assegurados na Constituição de 1934, eram direitos trabalhistas e previdenciários mas atingia aos trabalhadores que estavam na esfera produtiva urbana, a população idosa rural ficava sobre a tutela da oligarquia. Os códigos Civil de 1917 e de 2002, estabeleceram o direito aos alimentos, mas dentro do princípio de reciprocidade onde os filhos deviam amparar os pais na velhice. A velhice era algo para a filantropia, aos pobres a visão era higienista, um dever atribuído as famílias, as instituições assistenciais e a igreja.

Segundo o texto a partir de 1963, ocorreram algumas mudanças através do Serviço Social do Comércio (SESC), no qual passou a promover atividades aos idosos em seus centros de convivência, “as atividades eram fora do âmbito da filantropia, religiosa ou estatal, essas atividades destinadas aos idosos representavam, no entanto, um espaço de consideração a velhice como um momento de vida, como uma esfera espacial.” (FALEIROS, 2007, p. 42).

Destaca Faleiros (2007), durante a ditadura por volta dos anos 70, ainda de natureza contributiva aos idosos carentes através da previdência estava assegurado uma renda aos maiores de 70 anos de 50% do salário-mínimo vigente, mas apenas aos que tivessem contribuído pelo menos um ano. Por volta de 1990, com a Confederação Brasileira dos aposentados temos um cenário de luta em relação aos valores das aposentadorias, mas também por direitos sociais e cidadania.

As principais mudanças normativas em relação aos direitos dos idosos iniciaram com a Constituição Federal de 1988 e com o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 1º de Outubro de

2003), na qual considera idoso a pessoa com idade igual ou superior a 60 anos, essa lei reconhece e busca regular os direitos dessa população.

Segundo o texto, “várias leis federais, estaduais e municipais garantem a pessoa idosa a efetivação de direitos especiais, em função da trajetória de vida que se manifesta na velhice. Esses direitos especiais são uma forma de levar em conta a realidade social e individual.” (FALEIROS, 2007, p. 46).

Conforme Paschoal (2011), por volta de 1960 em muitos países a temática de qualidade de vida foi se inserindo nas políticas sociais, envolvendo indicadores, substituindo termos como felicidade e bem-estar, se inserindo também nas áreas das pesquisas, na literatura e produções científicas, e nas diversas áreas do conhecimento e disciplinas, o autor reconhece que existem diferentes conceitos e definições de qualidade de vida, mas diferentes significados podem ser atribuídos de acordo com questões que envolvem a subjetividade, cultura, classe social, a multidimensionalidade, entre outros.

A partir dos anos 80 e 90 no cenário nacional, nas agendas públicas começaram a surgir diferentes formas de percepção em relação ao envelhecimento e debates sobre essa temática, dando outros sentidos, norteando as políticas públicas como a de saúde entre outras. Na atualidade tem-se o reconhecimento do Estado na garantia dos direitos dos idosos, ocorreram muitos avanços, mas outros desafios se fazem presentes e preocupam não só o Estado, mas a família, a sociedade e os idosos.

Segundo o Cadernos de Atenção Básica Saúde e Envelhecimento da População Idosa, tem-se o seguinte:

É função das políticas de saúde contribuir para que mais pessoas alcancem as idades avançadas com o melhor estado de saúde possível. O envelhecimento ativo e saudável é o grande objetivo nesse processo. Se considerarmos saúde de forma ampliada torna-se necessária alguma mudança no contexto atual em direção à produção de um ambiente social e cultural mais favorável para população idosa. (BRASIL, 2006, p. 7).

Um das preocupações presentes na sociedade, tanto individual como social, dizem respeito a longevidade que está relacionada com a vontade de viver por muitos anos, se fala muito em envelhecimento ativo, bem-sucedido, qualidade de vida na velhice, autonomia, independência, é importante destacarmos algumas considerações acerca dessas concepções.

Em relação ao envelhecimento ativo, Organização Mundial de Saúde – OMS, adotou o seguinte termo, “é o processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e

segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas ficam mais velhas.” (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2005. p. 13).

Segundo o texto, temos o seguinte em relação a autonomia e a independência:

Autonomia é a habilidade de controlar, lidar e tomar decisões pessoais sobre como se deve viver diariamente, de acordo com suas próprias regras e preferências.. Independência é, em geral, entendida como a habilidade de executar funções relacionadas à vida diária – isto é, a capacidade de viver independentemente na comunidade com alguma ou nenhuma ajuda de outros. (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2005, p. 14).

É notório que as abordagens sobre o envelhecimento são múltiplas e envolve muitas disciplinas, intersetorialidade, políticas sociais, direitos, questões sociais, políticas, econômicas, espirituais, físicas, e outros aspectos de vida.

É necessário avançarmos muito na forma de olharmos a população idosa, considera-se importante que ocorra na sociedade a desconstrução, desnaturalização dos estereótipos, dos rótulos dos preconceitos que muitas vezes servem de justificativas para comportamentos que violam os direitos dessa população.

3 ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A educação não anda sozinha, ela acompanha diversos processos que se fazem presente na sociedade, como políticos, sociais, econômicos, históricos entre outros.

As ideias e concepções, sobre os processos de ensino acompanham a sociedade e também os seus interesses, segundo o texto “as discussões e definições em torno de propostas teóricas e das diferentes concepções de alfabetização acompanham lutas ideológicas e políticas de cada período.” (SCORTEGAGNA; OLIVEIRA, 2006, p. 1062).

Alguns estudos apontam que o processo escolarização de adultos em nosso país não é algo novo iniciou a muito tempo “vem institucionalizando-se desde a catequização dos indígenas, a alfabetização e a transmissão da língua portuguesa servindo como elemento de aculturação dos nativos.” (PAIVA 1973 apud FRIEDRICH et al., 2010, p. 394).

Com a vinda e instalação da família real no Brasil e para atender às demandas, tem-se o seguinte:

Surgiu a necessidade da formação de trabalhadores para atender a aristocracia portuguesa e, com isso, implantou-se o processo de escolarização de adultos com o objetivo de servirem como serviços da corte e para cumprir as tarefas exigidas pelo Estado. (FRIEDRICH et al., 2010, p. 394).

Os autores Haddad e Pierro (2000), apontam que os jesuítas começaram a catequizar e evangelizar os índios, ensinar as diferentes relações de trabalho provocando mudanças profundas na cultura desses grupos e em toda a sociedade. Logo após essas ações educativas se estenderam aos escravos negros, de acordo com os seus ideais e costumes que vieram da Europa com os portugueses, e mais tarde os jesuítas estiveram à frente das escolas de humanidades sendo essas ofertadas aos colonizadores e seus filhos, em 1759 com a expulsão dos jesuítas do país ocorreu uma grande desorganização nos processos de ensino.

As autoras Oliveira e Scortegagna (2006), enfatizam que no Império através da Constituição de 1824 previa a todos os cidadãos o direito à instrução primária incluindo legalmente os adultos, de fato isso não ocorreu porque uma pequena parcela da população era considerada cidadã, as ofertas de escolarização para as massas populacionais eram poucas e as oportunidades ficavam concentradas nas elites, no final do império a grande maioria da população era analfabeta. Em 1854 tem-se o surgimento da primeira escola noturna para os trabalhadores com o objetivo de alfabetizá-los.

Na Primeira República ocorreram diversas reformas educacionais, nos aspectos normativos destaca-se a Constituição de 1891, na qual elencou a responsabilidade pública pelo ensino básico as Províncias e Municípios. Presos diante dos interesses políticos das oligarquias regionais estavam as grandes massas, a educação secundária e superior estava a cargo da União onde apenas as elites tinham acesso, gerando diante desse contexto, inúmeras desigualdades de acesso, com essa Constituição republicana os analfabetos não podiam votar (HADDAD; PIERRO, 2000).

As campanhas para alfabetização do período da República eram descompromissadas, o governo não se responsabilizava e buscava terceirizar a outras instituições de caráter assistencialistas, onde as ações de alfabetização eram de natureza instrumentalizadora e rudimentar nas quais perduraram até a revolução de 1930 (HADDAD; PIERRO, 2000).

Na década de 30, com as transformações decorrentes do processo de industrialização e de migração das massas para os centros urbanos, segundo o texto em relação a esse período destaca-se o seguinte:

Outra ideia vem alimentar a educação: a de preparar os sujeitos para as responsabilidades da cidadania. O país, sob a ditadura de Vargas buscou, pela centralização das ações, a formação de um estado moderno nacional: exemplos são a constituição das leis trabalhistas, normatização dos sindicatos e a expansão de sistema educativo. A oferta do ensino básico gratuito acolhia vários setores, sendo o governo federal o que impulsionava a ampliação da educação e traçava as diretrizes educacionais para todo o país, com responsabilidade dos estados e municípios. (OLIVEIRA; SCORTGAGNA, 2006, p. 1063).

Com a Constituição de 1934, o direito à educação para todos é reafirmando diante do dever do Estado, surgindo nessa conjuntura, ações e planos entre as esferas governamentais, isto “estabeleceu uma série de medidas que vieram confirmar este movimento de entregar e cobrar do setor público a responsabilidade pela manutenção e pelo desenvolvimento da educação.” (HADDAD; PIERRO, 2000, p. 110).

Destaca os autores Haddad e Pierro (2000) que nesse contexto no ano de 1938, foi criado o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), que através de projetos e programas buscava incluir o ensino supletivo para jovens e adultos na educação primária, para os autores o reconhecimento da educação de jovens e adultos como uma política nacional só ocorre no final da década de 40.

No governo de Vargas, a alfabetização era considerada um fator importante na busca de elevar o nível cultural da população, outro fato que chama a atenção foi a expansão das escolas das áreas agrícolas nas quais ofertava alfabetização aos adultos, já que os analfabetos não podiam votar desde de 1881, essa expansão tinha um intuito de elevar o número de pessoas que podiam votar e conseqüentemente se ganharia mais votos (FRIEDRICH et al., 2010).

Em relação a educação de adultos, surgiram algumas tendências, conforme a seguir:

Nos anos 40, a Educação de Adultos era entendida como uma extensão da escola formal, principalmente para a zona rural. Já na década de 50, a Educação de Adultos era entendida como uma educação de base, com desenvolvimento comunitário. Sendo assim, no final dos anos 50, aparecem duas expressivas tendências para a Educação de Adultos: a Educação de Adultos compreendida como uma educação libertadora idealizada por Paulo Freire e a Educação de Adultos entendida como educação profissional. (GADOTTI 1979 apud OLIVEIRA; SCORTEGAGNA, 2006, p. 1063)

No contexto de industrialização destaca-se a educação profissional, na qual buscou atender aos interesses do país, surgindo o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) que “vem corroborar com a intenção da sociedade capitalista e dos grupos econômicos dominantes: sem educação profissional não haveria desenvolvimento industrial para o país.” (FRIEDRICH et al., 2010, p. 395).

No contexto pós Segunda Guerra Mundial (1945) surge a necessidade de reparar os inúmeros danos causados pelos acontecimentos à sociedade, sendo criada a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, com atuação em âmbito internacional, as ideias eram que a educação em geral deveria ser voltada a paz de todos os

povos e como uma proposta para o desenvolvimento dos países atrasados, deveria ser ofertada aos adultos, de certa forma algumas dessas discussões em âmbito mundial e pós-guerra sendo assim começou-se a olhar para a desigualdade e as questões sociais (OLIVEIRA; SCORTEGAGNA, 2006).

Segundo o texto, sobre os ideais da UNESCO entendem-se “como uma concepção funcional do processo educativo, que defendia a educação como forma de integração social, de forma passiva e instrumental, sem visão crítica.”(OLIVEIRA; SCORTEGAGNA, 2006, p. 1064).

Várias tentativas foram surgindo em relação a educação de jovens e adultos, após a Era Vargas, recheadas de pensamentos constituídos de entusiasmo entre os educadores pautados na crença nacional de que seria necessário ter educação para o desenvolvimento do país, surgiram e depois foram extintas, sendo opções de ofertas pontuais e fragilizadas (OLIVEIRA; SCORTEGAGNA, 2006).

Para Oliveira e Scortegagna (2006), em meio a essas trajetórias tão fragilizadas, surgem também reflexões discussões sobre o analfabetismo produzidos no Brasil apontando para um paradigma pedagógico, destaca-se entre os teóricos o Paulo Freire.

De acordo com o texto sobre esse teórico, tem-se o seguinte:

Freire, trazendo este novo espírito da época acabou por se tornar um marco teórico na Educação de Adultos, desenvolvendo uma metodologia própria de trabalho, que unia pela primeira vez a especificidade dessa Educação em relação a quem educar, para que e como educar, a partir do princípio de que a educação era um ato político, podendo servir tanto para a submissão como para a libertação do povo. O novo paradigma pedagógico baseava-se num novo entendimento de relação entre a problemática educacional e problemática social. (OLIVERA; SCORTEGAGNA, 2006, p. 1064).

Paulo Freire na década de 50, realizou apontamentos importantes para a educação, entendia que o não desenvolvimento de um país não decorre do fato das pessoas não serem alfabetizadas, mas que eles são os sujeitos que sofreram as consequências do não acesso à educação e de inúmeros problemas sociais, nesse sentido entende-se que surgiram diferentes formas de ver o sujeito analfabeto e as suas condições, também foi um momento de preocupação com as condições precárias das escolas. Em relação a essas novas ideias o texto apresenta o seguinte:

O momento também se caracterizou por inovações pedagógicas enfatizando uma educação com o homem e não para o homem. Propunha uma renovação dos métodos e processos educativos, abandonando os processos estritamente auditivos em que o

discurso seria substituído pela discussão e participação do grupo. (PAIVA 1973 apud FRIEDRICH et. al., 2010, p. 396).

Algumas das propostas do Paulo Freire, para a educação popular tinham alguns princípios de solidariedade, coletividade, apoio mútuo, que foram se expandindo entre diversos grupos sociais, estudantes, militantes, intelectuais, artistas, mas esse movimento foi reprimido na ditadura militar sendo considerada uma ameaça ao governo militar (FRIEDRICH et al., 2010).

No governo de Jucelino Kubitschek, algumas das ações para diminuir o analfabetismo se deram através da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo – CNEA, que também não perdurou devido a problemas de natureza econômica.

Conforme o texto nos anos de 1958 até 1964, no governo de João Goulart, tem-se o seguinte sobre a EJA:

A educação de adultos era entendida a partir de uma visão das causas do analfabetismo, como uma educação de base, articulada com as reformas de base defendida pelo governo popular/populista de João Goulart. (GADOTTI; ROMÃO 2006 apud FRIEDRICH et al., 2010, p. 397).

As ideias que buscavam libertar os homens dos processos anteriores, foram debatidas coletivamente, nascendo assim o Plano Nacional de Alfabetização de Adultos – PNAA, a sua frente estava Paulo Freire mas sendo derrubado com a instauração da ditadura (FRIEDRICH et al., 2010).

Nos escritos de Scortegagna e Oliveira (2006), no período da ditadura também surgiram movimentos para a alfabetização, em 1967 ocorreu a criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização – Fundação Mobral, para se contrapor aos ideais propostos por Freire, o Mobral desenvolvia atividades de alfabetização que se articularam com instituições públicas e privadas, e com outras áreas, baseados em princípios moral e cívico, com o intuito de moldar os cidadãos, na década de 70 com a Lei de Reforma nº 5.692/71 que tratava da educação, a mesma inclui o ensino supletivo aos jovens e adultos, e recomendava ações para qualificação e profissionalização para atender as demandas emergentes do país.

Essa lei dava autonomia em termos de organização do supletivo aos conselhos de educação, criando diferenças nessa modalidade por todo o país. Na década de 80 no processo de redemocratização, o MOBREAL não sobreviveu, sendo substituído pela Fundação Educar com o Projeto Educar.

No governo do Collor em 1990, foi criado o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania – PNAC, que não se concretizou, e durante algum tempo entre um governo e outro, não ocorreram mudanças significativa em relação a educação de jovens e adultos, de acordo

com o texto “no Governo Collor, as políticas neoliberais de reforma do Estado num contexto de crise financeira provocaram mudanças na educação básica e acabaram priorizando a educação fundamental das crianças, deixando de lado mais uma vez a EJA.” (FREIRE; CARNEIRO, 2016, p. 4).

Em 1996, com a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96, foi possível alguns avanços, conforme afirmação:

No entanto, a Educação de Jovens e Adultos, ao ser tratada como parte do Ensino Fundamental, e ao deslocar o ensino supletivo como um qualificativo e não mais um substantivo, possibilita, pelo menos, uma nova leitura: a de que a educação de adultos traz uma especificidade própria, considerando tratar-se de educandos que são portadores de múltiplos conhecimentos. Inclusive desafia a escola para aproveitamento e reconhecimento desses saberes construídos em espaços não escolares, e que, por isso mesmo, ela não pode ser considerada como uma simples reposição condensada do ensino regular, ideia comum em relação ao ensino de suplência. (OLIVEIRA; SCORTEGAGNA, 2006, p. 1068).

Em 1997, foi implantado pela Primeira Dama Ruty Cardoso, o Programa Comunidade Solidária em parceria com universidades, municípios, buscava amenizar o analfabetismo nas regiões norte e nordeste do país, a curto prazo e que também teve fim (SCORTEGAGNA; OLIVEIRA, 2006).

As autoras afirmam que “a demanda pelo EJA (Educação de Jovens e Adultos) envolve hoje um público cada vez mais heterogêneo, tanto no que diz respeito à idade, como às suas expectativas.” (SCORTEGAGNA; OLIVEIRA, 2006, p. 1070).

No governo do Lula, foi implantado o Programa Brasil Alfabetizado (PBA) em 2003, como o objetivo de alfabetizar jovens e adultos. De acordo com site do Ministério da Educação (MEC), destaca-se o seguinte, sobre o PBA “O programa é uma porta de acesso à cidadania e o despertar do interesse pela elevação da escolaridade.” (BRASIL, 2019).

Os autores Rumment e Ventura (2007), apontam que os programas de Educação de Jovens e Adultos, sempre buscaram atender as necessidades do capital, principalmente na relação com os trabalhadores, entre 2003 e 2006 no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, a EJA teve um maior destaque aumento nas taxas de alfabetização perante a outros governos da Nova República, mas diante do contexto neoliberal da década de 90, o governo lula não realizou nenhuma ação concreta para romper com esse modelo.

3.1 A QUESTÃO DA EDUCAÇÃO PARA PAULO FREIRE

Paulo Freire é considerado grande pensador da educação, principalmente de jovens e adultos, ele dedicou-se à educação, aos movimentos sociais, construiu críticas em relação ao nosso sistema de ensino, buscando construir coletivamente uma nova educação, nesse sentido o texto apresenta o seguinte em relação aos objetivos de Paulo Freire:

Um projeto de educação libertadora capaz de propiciar a partilha, com os povos e os pobres do Brasil, do trabalho de criação de uma cultura de pessoas livres, de atores sociais diferentes segundo experiências culturais de vida, de agentes transformações sociais finalmente iguais quanto a seus direitos. Pessoas tornadas conscientes de si mesmas, do mistério humano de suas relações com os outros e de seu mundo de cotidiano e história. (SOUZA, 2015, p 10).

Nos escritos de Damke (1995), Paulo Freire percebeu algumas características que se faziam presentes na sociedade brasileira entre as décadas de 1950 e 1960, entre essas características estavam as profundas tensões sociais, dívida externa, a precarização condições de vida da população, as marcas da ideologia do colonialismo, estávamos também vivenciando o começo do surgimento dos movimentos de cultura popular no país.

Com a tomada de consciência do povo, diante da necessidade dos movimentos populares, com a organização dos trabalhadores e outros segmentos, em conjunto com a oposição de muitos educadores e intelectuais, ocorreu a iniciação de um processo de reconhecimento das camadas populares, e também o início da participação crítica de inúmeros atores perante a sociedade. (SOUZA, 2015).

Para Gadotti (1991), Paulo Freire apresenta na sua trajetória como teórico da educação e da pedagogia, uma concepção de natureza militante, onde a construção de uma nova sociedade não pode estar nas mãos da elite dominante, mas sim nas massas conscientes e organizadas nas quais podem realizar mudanças através da educação.

Diante de uma sociedade opressora a educação seria uma prática da liberdade, e nesse contexto Paulo Freire “procura mostrar o papel político que a educação pode vir a desempenhar e desempenha sempre na construção de uma outra sociedade, a sociedade aberta.” (GADOTTI, 1991, p. 26).

Paulo Freire entendia que o diálogo proposto pelas elites era vertical, rígido no qual impedia a massa de se expressar, na pedagogia dominante e opressora ao educando competia apenas obedecer e escutar. Paulo Freire preconizava um determinado diálogo, conforme a seguir:

É uma relação horizontal, oposta ao elitismo. Nutre-se de amor, humildade, esperança, fé e confiança. Na relação dialógico-educadora parte sempre da realidade o educando, dos conhecimentos e da experiência dele, para construir a partir daí o conhecimento novo, uma cultura vinculada aos seus interesses e não à cultura das elites. (GADOTTI, 1991, p. 27)

A libertação não é algo individual, mas sim uma questão de luta coletiva e social e também política, conforme palavras do autor “Paulo Freire vincula a educação a luta e organização de classe do oprimido.” (GADOTTI, 1991, p. 30).

Diante dos escritos sobre educação e como essa se apresenta na sociedade burguesa, o teórico nos convida a refletir sobre a educação segundo o texto “em meio a uma intensa mobilização política, Paulo Freire denunciou a educação em todos os níveis, chamando-a de elitista bancária e excludente.” (DAMKE, 1995, p. 28).

Paulo Freire na sua obra *Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos* (2011), abordou duas concepções a ingênua e a crítica, em relação à primeira os inúmeros expressivos de analfabetos repercutem negativamente para o país, essa visão entende o analfabetismo como uma erva daninha, uma doença contagiosa, e ainda busca a culpabilização do povo os rotulando como preguiçosos, pouco inteligentes, incapazes, sendo essa uma visão limitada do problema, dessa forma, a alfabetização se reduz a ação mecânica de decorar e de receber um depósito de palavras constituídas que não fazem muito sentido ao alfabetizando, Paulo Freire também realiza uma crítica aos textos, as questões didáticas e a forma campanhista que o Brasil utiliza para lidar com a questão da educação.

Ainda segundo o autor os analfabetos são treinados para aprender a ler e escrever, com promessas de conseguir um emprego, o educador é alguém que cura os enfermos os quais acabam reproduzindo a ideologia da classe dominante, dessa forma a alfabetização não auxilia o processo de transformação social da realidade. Já a visão crítica entende que a alfabetização está além de decorar saber ler e escrever, ela compreende que o alfabetizando deve ter o reconhecimento dos seus direitos de desenvolver visão crítica da realidade, de pensar sobre a realidade sendo que o analfabetismo não é um problema, em relação a essa concepção tem-se o seguinte:

Para a concepção crítica, o analfabetismo nem é uma “chaga”, nem uma “erva daninha” a ser erradicada, nem tampouco uma enfermidade, mas uma das expressões concretas de uma realidade social injusta. Não é um problema estritamente linguístico nem exclusivamente pedagógico, metodológico, mas político, como a alfabetização através da qual se pretende superá-lo. Proclamar sua neutralidade, ingênua ou astutamente, não afeta em nada a sua politicidade intrínseca. (FREIRE, 2011, p.19).

Paulo Freire na sua obra que *Pedagogia da Indignação* (2000) que reúne diversas cartas sendo que foi publicada em formato de livro após a sua morte, pela sua esposa, quatro dos cinco textos foram escritos em 1996, relata que a educação não pode ser neutra, essa deve estar a serviço da transformação do mundo, a educação não deve se um treinamento e mecanicista. Não podemos ter uma postura neutra, mas sim de luta, de mudança, de sermos capazes de mudar o mundo. Não devemos estar no mundo apenas para adaptar-se.

No texto intitulado como *Segunda Carta Do Direito e do Dever de mudar o mundo*, o autor afirma que:

A transformação do mundo necessita tanto de sonho quanto a indispensável autenticidade deste depende da lealdade de quem sonha às condições históricas, materiais aos níveis de desenvolvimento tecnológico, científico do contexto do sonhador, os sonhos são projetos pelos quais se luta. (FREIRE, 2000, p. 54).

Para o teórico no texto mencionado acima, mudar é difícil, mas é possível, as forças que nos condicionam são muito grandes como, a economia, ciência, tecnologia, ambas têm um poder sobre o nosso comportamento individual, social dessa forma nos alienando, devemos lutar contra essas forças opressoras, o discurso neoliberal contribui para a reclusa dos sonhos, da utopia da esperança, sendo esse o de aceitação e alienação.

A violência não é apenas física, mas sim é simbólica/institucional ocorre com a negação dos direitos, pelo Estado, escola entre outros. Precisamos ter esperança e lutar contra a opressão, contra as violências, buscar formas de combater e lutar por uma sociedade mais igualitária.

A educação de jovens e adultos compreende um conjunto diversificado de processos e práticas educativas formais e informais, é considerada em relação a sua proposta pedagógica como flexível, buscando considerar os conhecimentos que já fazem parte da trajetória de vida do sujeito, importando-se com as suas vivências, experiências, competências profissionais, habilidades socioculturais entre outras (SOUZA, 2015).

4 O DIREITO À EDUCAÇÃO DA PESSOA IDOSA NA ATUALIDADE

Em termos legais para além da vigente Constituição Federal de 1988, em relação a garantia dos direitos à educação das pessoas idosas, encontra-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Estatuto do Idoso criado pela Lei Federal nº. 10.741/2003, que

assegura os direitos a pessoa com 60 anos ou mais, esse estatuto é considerado um avanço e um marco no âmbito do direito.

Outro grande avanço na proteção social dos idosos foi a criação da Política Nacional do Idoso (PNI), de 4 de janeiro de 1994, Lei nº 8.842, em relação a essa política destaca-se o seguinte:

A Política Nacional do Idoso avança na efetivação dos direitos desse segmento, pois, além de regulamentá-los, também cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências, com a finalidade de, conforme o artigo 1º, criar condições para a promoção da “sua autonomia, integração e participação efetiva dos idosos na sociedade. (FERREIRA; TEIXEIRA, 2014, p. 168).

Essa política demonstra a preocupação e a visibilidade da pessoa idosa com as questões relacionadas ao processo do envelhecimento, conforme o texto destaca-se o seguinte em relação à temática:

As políticas públicas e os programas de atenção voltados para os idosos possuem papel importante na visibilidade adquirida por esse segmento, retirando o idoso do esquecimento e do silêncio, possibilitando a eles uma condição social mais justa. (ESCOBAR; SOUZA, 2016, p. 50).

Em nosso ordenamento jurídico na Constituição Federal de 1988, na qual prevê direitos e garantias de todos os cidadãos, destaca-se o “Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” (BRASIL, 1988).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996, na qual reconheceu a EJA como uma modalidade que se insere na educação básica, regulamenta o ensino no país, no capítulo II, seção V, em relação a educação tem-se o seguinte:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiverem acesso ou continuidade de nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida. § 1º os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e trabalho, mediante cursos e exames. (BRASIL, 1996).

Anteriormente a LDB/1996, a Educação de Jovens e Adultos estava denominada na Lei nº 5.692/1971 como Ensino Supletivo, a regulamentação das Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos, se deu através da Resolução CNE/CEB nº 1/2000, e pelo Parecer CNE/CEB nº 11/2000 do Conselho Nacional de Educação. (BRASIL, 2000)

Segundo o Parecer CNE/CEB nº 11/2000, em relação a EJA, tem-se o seguinte:

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso a e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela, e tenham sido a força de trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas. Ser privado deste acesso é, de fato, a perda de um instrumento imprescindível para uma presença significativa na convivência social contemporânea. (BRASIL, 2000, p.5).

O Parecer CNE/CEB nº 11/2000, em relação a educação escolar aponta o seguinte:

Possibilita um espaço democrático de conhecimento e de postura tendente a assinalar um projeto de sociedade menos desigual, ela pode auxiliar na eliminação das discriminações e, nesta medida, abrir espaço para outras modalidades mais amplas de liberdade. (BRASIL, 2000, p. 5).

No mesmo documento encontra-se algumas referências ao EJA, em relação a sua função destacam-se três, como, a função reparadora, na qual se insere no direito à educação, a igualdade perante a lei do que historicamente foi negado, a função equalizadora que busca alcançar os trabalhadores, donas de casa e outros segmentos populacionais, preocupa-se em como os bens sociais e oferta da educação serão distribuídas em consonância com a questão da igualdade, e a função permanente/qualificadora, que leva em consideração que o ser humano tem um caráter incompleto e que o seu desenvolvimento se dá em espaços informais e formais e que está em constante processo de aprendizagem sendo necessário uma educação permanente almejando uma sociedade que seja educada para alguns princípios, como, a solidariedade, igualdade diversidade entre outros (BRASIL, 2000).

Em relação à educação como um direito fundamental à pessoa idosa, conforme previsto no Estatuto do Idoso, destacam-se os seguintes artigos:

Art. 20. O idoso tem direito à educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade. Art. 21. O Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinado. (BRASIL, 2018).

Os direitos à educação, à cultura e ao lazer estão descritos no Estatuto do Idoso, entre os art. 20º até o art. 25º, dispõe sobre a importância de se respeitar a condição e a idade da pessoa idosa, a responsabilidade de garantir a educação é do Poder Público que deve oportunizar o acesso a esse direito, através de programas educacionais a essa população que sejam adequados a sua condição, temos como exemplo a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Em relação ao ensino ofertados nas escolas nos níveis básico e médio no artigo. 22º, está previsto o papel da escola de trabalhar com as crianças e os jovens as questões sobre

envelhecimento, o respeito e a valorização do idoso. Ao idoso é garantido descontos de pelo menos 50% em atividades e eventos culturais, como teatro, show, cinema entre outros.

Segundo o texto “esse estatuto, criou oportunidades de acesso especial a educação da terceira idade, aos avanços tecnológicos, universidade aberta e profissionalização especial.” (SIMÕES, 2009 p. 349).

Atualmente o idoso, tem direito à vida, liberdade, dignidade, respeito, saúde, assistência social, alimentos, habitação, trabalho, profissionalização, educação, esporte, lazer, previdência social, transporte, a renda, a viver uma vida sem violência, a atendimento prioritário, a proteção, a prioridade na formulação de políticas públicas, acesso à justiça com prioridade, garantia de vagas de estacionamento, são inúmeros os direitos que buscam a sua proteção (BRASIL, 2018).

O direito à educação que está previsto no Estatuto do Idoso no qual sofreu algumas alterações, promovidas pela Lei Federal nº 13.535 de 15 de dezembro de 2017, e essa lei segundo o texto “altera o art. 25 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para garantir aos idosos a oferta de cursos e programas de extensão pelas instituições de educação superior.” (BRASIL, 2017).

Em relação ao direito fundamental à educação, contemplado nos artigos 20º até o 25º, fica acrescido pela lei nº 13.535/201 no art. 25º do Estatuto do Idoso o seguinte:

Art. 25. As instituições de educação superior ofertarão às pessoas idosas, na perspectiva da educação ao longo da vida, cursos e programas de extensão, presenciais ou a distância, constituídos por atividades formais e não formais. Parágrafo único. O poder público apoiará a criação de universidade aberta para as pessoas idosas e incentivará a publicação de livros e periódicos, de conteúdo e padrão editorial adequados ao idoso, que facilitem a leitura, considerada a natural redução da capacidade visual. (BRASIL, 2018).

Percebe-se, nesse ponto, um avanço, pois a educação é um dos principais valores que merecem atenção pela sociedade brasileira, não podendo ser deixada de lado inclusive durante o processo de envelhecimento ou mesmo quando as pessoas já atingiram idade mais avançadas.

5 LOCAL DE PESQUISADO

A pesquisa foi realizada na Escola Básica Municipal de Educação de Jovens e Adultos Paulo Freire, na qual oferta o ensino fundamental exclusivo aos jovens e adultos, atuando

também na inclusão de alunos com deficiência, a escola está localizada no município de Chapecó/SC. As informações que constam neste capítulo foram extraídas a partir da leitura do Projeto Político Pedagógico (PPP), a versão disponível é do ano de 2018.

O município tem uma longa trajetória na educação de jovens e adultos, mas desde de 2012 até o momento atual a escola pesquisada se encontra no mesmo espaço, em anexo a Arena Condá ala sul, localizada no centro de Chapecó, outras extensões da modalidade EJA são ofertadas em outros espaços pelo município.

A organização da instituição ocorre da seguinte forma, os anos iniciais são divididos por fases que correspondem do 1º ao 5º ano, a fase I vai o 1º ao 3º ano e a fase II do 4º ao 5º ano e as aulas são presenciais, sendo realizadas de segunda-feira a sexta-feira, oferecendo o processo de alfabetização e letramento. Os anos finais do 6º ao 9º ano, são ofertados através da Educação a Distância EAD, o aluno não frequenta a escola todos os dias, cursa por matéria/disciplina e desenvolve atividades em casa.

São ofertados também cursos básicos de formação profissional, neste momento dispõe de cursos de inglês e informática abertos a comunidade, oferta teste de escolaridade e recursos multifuncionais, a escola funciona nos turnos matutino, vespertino e noturno.

Através da leitura do Projeto Político Pedagógico, destacam-se alguns dados importantes em relação ao perfil etário dos educandos, o documento apresentava que no 1º semestre de 2018 foram realizadas entrevistas com 376 alunos, e destaca-se que 55% dos entrevistados tinham entre 16 a 20 anos, apenas 6 % dos entrevistados tinham 50 anos ou mais.

Compreende-se que na instituição conforme a pesquisa, as pessoas acima de 60 anos se encontram em menor quantidade, sendo que o público maior são os jovens até 20 anos, esses educandos em sua maioria se encontram na modalidade EAD da 6ª série até a 9ª, o foco da pesquisa foram os idosos, com 60 anos ou mais, de acordo com o que está previsto em legislação.

Conforme o PPP da instituição, o seu compromisso com a diversidade e com a política inclusiva, essa está voltada aos educandos especiais, a escola é referência nesta área, e está vinculada a proposta do EJA, o documento também afirma o compromisso dos educadores, gestores e todos os profissionais envolvidos no espaço escolar, na qual visa a construir a vivência, cidadania, a formação intelectual e cognitiva do sujeito, levando em consideração as

individualidades, especificidades, atendendo os diferentes aspectos para o desenvolvimento do ser.

Conforme esse documento o projeto de ensino reconhece a necessidade de um olhar diferenciado aos seus educandos, acreditam na inclusão dos alunos, com o objetivo de que todos tenham acesso e condições de aprender, partindo de propostas pedagógicas diferenciadas, levando em consideração a sua bagagem cognitiva, história de vida, experiências e cultura. Buscando através de políticas proporcionar não só o acesso, mas a permanência e conclusão dos estudos, contribuindo também para a realização dos seus projetos de vida, qualificação profissional, entre outros, acredita que todos tenham condições e capacidades de aprender.

Nos escritos do PPP, a instituição destaca que a sua preocupação e a sua busca em lidar com os índices de evasão, exclusão e reprovação, sendo fenômenos que envolvem múltiplas causas, entende a necessidade de acolher, escutar compreender os educandos, e da importância de olhar as situações que se expressam no contexto escolar.

A instituição de ensino em seu Projeto Político Pedagógico, descreve como princípios do EJA, “a cidadania, acesso e permanência, formação integral, diversidade, inclusão social e acessibilidade, democracia, flexibilização curricular, educação ambiental, solidariedade, autonomia e construção do conhecimento.”(CHAPECÓ, 2018, p. 23).

Se faz presente no PPP, a concepção de ensino histórico-cultural, baseando-se nas competências da Base Nacional Comum Curricular, Parâmetros Curriculares Nacionais, legislação, entre outros.

Em relação ao processo ensino-aprendizagem, o projeto aborda alguns pressupostos importantes para o desenvolvimento das ações pedagógicas, como a atuação do professor na qual é considerada importante para a aprendizagem.

Na metodologia do EJA está previsto que essa deve partir e analisar experiências dos educandos e valorizá-las, o diálogo entre os atores envolvidos é considerado essencial na problematização, socialização e reelaboração do conhecimento, os temas trabalhados com os adultos devem dar significados a sua vida, respeitar também as identidades culturais, o cotidiano e diversidade presentes e as suas necessidades. Quando se fala do público idoso, muitos buscam a instituição para atender aos seus projetos de vida.

Outros itens abordados que tratam da função do EJA, em relação à prática educativa, tem a função reparadora no sentido de reparar as negligências históricas cometidas a

população brasileira em relação ao direito de estudar, outra função é a equalizadora no sentido de que todos são iguais perante a lei partindo da igualdade e de oportunidades aos que foram excluídos e temos a função qualificadora aprender a aprender, o documento aponta que o EJA vai para além de minimizar o não acesso à educação em outras etapas da vida mas tem a responsabilidade de atender às múltiplas necessidades formativas do indivíduo.

Foi possibilitado a observação de algumas aulas da fase I e II, que ocorreram no período vespertino, a turma era mista com alunos idosos, alunos com deficiência e outros adultos que trabalham em períodos diferenciados, em sala de aula tinha duas professoras para atender as especificidades da turma.

6 METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa é um instrumento que possibilita investigar questões que muitas vezes se fazem presente no nosso cotidiano. A pesquisa realizada é de natureza qualitativa e descritiva, devido a temática estudada entende-se que esse modelo de pesquisa se destaca na busca da compreensão, dos fatos, do fenômeno presente na realidade social dos pesquisados.

Segundo os autores “a realidade social é a cena e o seio do dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transborde.” (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2011, p. 14).

A pesquisa qualitativa compreende três etapas, de acordo com os autores, como, a fase exploratória, a fase de trabalho de campo e fase do tratamento e análise do material empírico e documental (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2011).

Em relação à pesquisa qualitativa, destaca-se o seguinte:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos das aspirações, das crenças, dos valores e de atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2011, p. 21).

Os estudos descritivos têm como finalidade a descrição de características de determinados fatos, fenômenos e população ou do estabelecimento das relações entre as variáveis (GIL, 2002).

6.1 COLETA DE DADOS

Para realizar a pesquisa o projeto passou pelo setor responsável da Secretaria Municipal de Educação (SEDUC), na qual a escola está vinculada, após a sua autorização, foi iniciada a coleta de dados na escola que ocorreu entre os meses de maio e junho de 2019.

A pesquisa compreendeu algumas etapas a campo, inicialmente a coleta de dados, se deu através da leitura de documentos disponíveis na escola, como o Projeto Político Pedagógico (PPP), algumas informações foram repassadas pela secretaria e pelos profissionais da instituição, que contribuíram muito para coleta dos dados e principalmente no acesso aos pesquisados.

Segundo o texto “o trabalho de campo combina instrumentos de observação, entrevistas, outras modalidades de comunicação, interlocução com os pesquisados, levantamento de material documental e outros.” (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2011, p. 26).

Em um segundo momento foi possível observar as aulas dos alunos da fase I e II do período vespertino, o exercício de observação do contexto em uma sala de aula já foi realizado em momentos anteriores durante o estágio obrigatório, voltando a ser utilizado na construção desse trabalho, esse exercício aprendido durante o estágio facilitou o processo de observação e de aproximação com os atores envolvidos.

Segundo os autores “a observação participante é definida como um processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica.” (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2011, p. 70).

Algumas impressões ficaram das observações, a professora forneceu o projeto bimestral da turma e foi observado que o tema trabalhado estava previsto projeto, que era “Trabalho” a forma com que o conteúdo foi apresentado chamou a atenção, a professora trouxe muitos exemplos buscando elencar com a realidade dos alunos, além de discutir outros temas como a diferença entre trabalho, emprego, leis, tipos de trabalho, carteira assinada, salário e salário-mínimo, inflação, previdência social, reforma da previdência entre outros.

Na sala de aula também foi oportunizado um momento a pesquisadora, para poder explicar aos alunos, os objetivos da pesquisa e pelos quais motivos seria importante a participação dos interessados, foi agendado também as entrevistas com os idosos para outro momento.

Para coletar os dados com os sujeitos pesquisados, foram utilizadas algumas técnicas e instrumentos, como a entrevista pautada em um questionário contendo perguntas abertas e fechadas (apêndice 1), que forneceu materiais para realizar a análise e discussão dos dados utilizando-se de literaturas disponíveis para a sua fundamentação.

As entrevistas ocorreram no contexto escolar, em conversa com os professores os idosos foram saindo da sala para conceder as entrevistas conforme a disponibilidade para não atrapalhar as aulas, cinco dos entrevistados estudavam no período vespertino sendo alunos da fase I e II, e os outros dois entrevistados estudavam no período noturno, alunos da 6ª série do EAD, os profissionais foram muito acessíveis e contribuíram para facilitar o acesso aos pesquisados. O questionário aplicado através da entrevista possuía perguntas fechadas e abertas, com o objetivo de coletar, narrativas e investigar a realidade apresentada.

A entrevista individual de natureza semiestruturada, que segundo o texto “combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada.” (MINAYO; DESLANDES; GOMES. 2011, p. 64).

Destaca-se que o foco da pesquisa não foi de analisar os currículos voltados a Educação de Jovens e Adultos, mas através das observações em sala de aula e da leitura dos documentos e dos materiais que foram cedidos pela escola, foi possível perceber determinadas características dessa modalidade de ensino presentes no contexto escolar.

6.2 SUJEITOS DA PESQUISA

A amostra foi composta de 07 sujeitos, foram realizadas 07 entrevistas com idosos (as), com idades igual a 60 anos ou mais.

6.3 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Os critérios de inclusão compreenderam, a necessidade de estar matriculado na instituição pesquisada, ter 60 anos ou mais, ser alfabetizado, conforme conversa com uma das professoras, já que no momento da pesquisa alguns idosos não estavam alfabetizados.

Foram excluídos da pesquisa os indivíduos que não concordam em participar, considera-se algumas perdas a falta dos alunos nas aulas nos dias planejados para as

entrevistas e também pelo próprio perfil etário dos alunos da escola, sendo que a grande maioria são adolescentes ou com idades inferiores aos 60 anos.

6.4 ASPECTOS ÉTICOS

Em relação a ética na pesquisa qualitativa, foi utilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (apêndice 2), foi lido o termo e explicado aos pesquisados os objetivos da pesquisa e sua relevância para sociedade.

Todas as informações foram repassadas de forma adequada e clara, os participantes assinaram o TCLE após terem concordado em participar da pesquisa voluntariamente, os sujeitos foram respeitados em todos os momentos e etapas da pesquisa, o anonimato será mantido, informou-se aos pesquisados, que poderiam vir a desistir da pesquisa conforme desejar e diante dessa realidade deveriam entrar em contato com a pesquisadora através da escola ou pelo contato fornecido no TCLE.

6.5 RISCOS E BENEFÍCIOS

Os riscos possíveis no presente estudo referem a questão de ter ocorrido durante a coleta de dados com os participantes algum tipo de constrangimento, timidez, perturbação durante as entrevistas e aplicação do questionário. Diante desses riscos a postura do pesquisador seria de respeitar a situação, levando em conta a vontade do participante de desistir ou não do processo de pesquisa.

Esta pesquisa poderá trazer maiores conhecimentos na área da educação de Jovens e Adultos EJA, sobre a sua contribuição em relação ao processo de envelhecimento, para a gestão municipal e profissionais da área educação, para os idosos, a toda comunidade escolar, assim como os acadêmicos que tenham interesse nessa modalidade de ensino, contribuindo também para o fortalecimento e ampliação da oferta da EJA na rede municipal de ensino.

7 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados coletados resultou na identificação do perfil dos pesquisados, decorrente das perguntas fechadas, e através das perguntas abertas surgiram alguns temas, que

serão abordados a seguir. Diante do anonimato em relação aos pesquisados, a fim de não permitir a identificação dos participantes entrevistados, estes foram nomeados com nome de flores, como, Rosa, Margarida, Cravo, Jasmim, Gerânio, Lavanda e Violeta.

7.1 O PERFIL DOS PESQUISADOS

Os dados iniciais apresentam sobre o perfil dos pesquisados, foram sete entrevistados nos quais demonstram que do número total, cinco são idosas e dois são idosos, diante desse contexto foi possível visualizar a predominância do público feminino em sala de aula. Segundo o texto em relação às taxas da população idosa feminina tem-se o seguinte:

Em 2010, dos mais de 20 milhões de idosos 55,5% eram do sexo feminino, a menor mortalidade da população feminina explica esse diferencial na composição por sexo e faz com que a população feminina cresça a taxas mais elevadas do que a masculina. (BRASIL, 2013, p. 26).

Nas observações realizadas na fase I e II, identificou-se que a turma é heterogênea com diferentes idades e perfis. Em relação a diversidade nas turmas do EJA, destaca-se o seguinte:

A diversidade da sala de aula do EJA é formada por sujeitos com vivências interesses, necessidades, expectativas e habilidades que precisam do domínio de saberes escolares para serem inseridos novamente na sociedade e no mundo do trabalho. (LISE; ANDREOLLA, 2014, p. 60).

A faixa etária dos pesquisados, corresponde às idades entre 61 anos a 67 anos, conforme previsto no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 1º de Outubro de 2003), a pessoa idosa é aquela com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos (BRASIL, 2018).

Em relação ao tempo em que os entrevistados frequentam a instituição de ensino pesquisada, esse tempo varia entre os períodos, inferior a um ano até três anos. Os idosos também relataram que possuem algum tipo de renda, oriundo da aposentadoria e do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Os idosos pesquisados estudam em séries ou fases, os anos iniciais que são presenciais correspondem a 1ª a 5ª fase, e anos finais do 6º a 9º chamados de série são ofertados na modalidade educação a distância EAD. Na I fase dos pesquisados apenas 01 frequentava, na II fase estavam a maioria dos entrevistados um total de quatro, nas chamadas fases todos

frequentavam a escola no período vespertino, já estudando na 6ª série estavam dois idosos que frequentavam a escola no período noturno.

Todos os entrevistados relataram que sabem ler e escrever, sendo essa um dos critérios de inclusão para a participação da pesquisa.

7.2 A TRAJETÓRIA ESCOLAR

As narrativas apresentam as condições e experiências vivenciadas que contribuíram para o abandono, para o histórico de frequência irregular, dificuldade de permanência e a falta de acesso nos anos iniciais, demonstram também aspectos que afetaram o curso de vida dos entrevistados, como históricos, sociais, culturais e o descaso com a educação por parte do Estado, conforme evidenciadas nas falas a seguir:

“Frequentei a escola até a primeira série, fiquei quatro anos na primeira série e não aprendi nem a ler e nem escrever.” (Gerânio).

“Cheguei a frequentar a escola até a quarta série, mas não aprendi a ler, devido às dificuldades de acesso tinha que passar por um rio, ia geralmente duas vezes por semana na escola.” (Rosa)

“Morava no interior, tinha que andar quatro quilômetros, frequentei até a terceira série, aprendi a ler e escrever muito pouco, devido ao trabalho na roça os pais não deixavam estudar.” (Margarida).

“Com oito anos comecei a ir, morava no interior e frequentava as vezes. Quando adulta frequentei o Mobral e ali aprendi a conhecer as letras, e aqui no EJA aprendi a ler e escrever.” (Jasmim).

“Estudei até a quinta série, aprendi anteriormente a ler e escrever, fiquei fora da escola e esse ano retornei.” (Cravo).

As falas das entrevistadas Violeta e Lavanda, demonstram que ambas tiveram que interromper seus estudos porque precisaram começar a trabalhar cedo, ajudar os pais nos

trabalhos rurais, mas principalmente nas tarefas domésticas como, cuidar dos irmãos, nos quais foram iniciados na infância se estendendo até a adolescência, e após acabaram constituindo as suas famílias, ficando responsáveis pelo cuidado dos seus filhos.

Em nossa cultura o cuidado com as crianças, o cuidado com as tarefas domésticas são funções normalmente atribuída às mulheres, estes fatos ficam evidenciados nas falas a seguir:

“Nunca frequentei quando criança. A primeira vez que frequentei a escola foi no EJA mesmo e tinha 15 anos, mas nessa época não aprendi muito e tive que parar porque tinha um filho pequeno, a três anos voltei a estudar e aprendi a ler aqui no Paulo Freire.” (Violeta).

“Quando eu era criança estudei um pouco, aprendi a ler, mas tive que parar para cuidar dos irmãos mais novos, e ano passado aos 66 anos voltei a estudar.” (Lavanda).

Algumas características da trajetória escolar são comuns entre todos os entrevistados, a dificuldade no acesso/barreiras presentes nas comunidades rurais para se chegar até a escola, da permanência, o trabalho iniciado muito cedo, e também dificuldades de aprendizagem.

Na sociedade brasileira no século XX, as condições históricas contribuíram para o processo de exclusão educacional, mesmo com êxodo do rural a partir de 1950, o acesso à educação não se tornou algo fácil, tanto na área urbana na rural (SARTORI, 2011).

Diante das relações de produção, exploração e exclusão presentes na sociedade no século XX, tem-se o seguinte:

A educação escolar não era prioridade para a maioria dos filhos e filhas os trabalhadores ou demais pessoas que viviam em condições econômicas desfavoráveis, sendo a mão de obra das crianças e jovens necessárias para o sustento da família. (SARTORI, 2011, p. 14).

7.3. AS MOTIVAÇÕES PARA VOLTAR A ESTUDAR

As respostas dos entrevistados apresentaram diversas motivações pelas quais eles retornaram à sala de aula, representando a subjetividade e as necessidades de cada um, perante o seu cotidiano. Observa-se estes fatos nos relatos que seguem:

“Necessidade do dia a dia, para aprender a ler e poder comprar as coisas sem ser enganada.” (Violeta).

“Para fazer carteira de motorista.” (Gerânio).

“Para aprender a ler e escrever o que eu gosto.” (Rosa).

Identificou-se que a leitura e a escrita são consideradas aquisições importantes para os pesquisados. Segundo o autor “ler e escrever não implica somente decodificar letras e sílabas, palavras, implica em refletir sobre as vivências diárias, escrever o que pensa, deseja, sonha e o que fala.” (SARTORI et al., 2014, p. 340).

Diante das visões presentes na sociedade sobre o envelhecimento saudável, ativo, nas quais envolvem diversos fatores, sobre esse tipo de envelhecimento a Organização Mundial de Saúde (OMS), define o seguinte: “pode ser compreendido como o processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança.” (BRASIL, 2006, p. 11).

Outro fator que se fez presente entre os entrevistados foi a questão da prática religiosa, segundo o texto a espiritualidade e a religiosidade “o bem-estar espiritual ainda representa para os idosos um fator de proteção quando acometido por alguma adversidade.” (CELICH et al., 2008, p. 185). Destaca-se a seguinte fala:

“Para aprender a ler a bíblia.” (Jasmim)

Nas entrevistas realizadas percebeu-se para alguns idosos a importância dos idosos serem intelectualmente ativos, de buscarem atividades que lhe propiciem a autoestima, entre outros. Conforme os relatos a seguir.

“Para manter a cabeça ocupada.” (Lavanda).

“Não envelhecer a cabeça, para ter mais convívio social e devido ao incentivo do filho.” (Cravo).

“Para mexer com a mente, para ela não parar e ficar esquecida” (Margarida).

A questão da memória das funções cognitivas, conforme Neri (2013) possibilita uma interação social e autonomia às pessoas, nota-se a importância dentre os pesquisados em manter a uma saúde cognitiva e mental.

E sobre essa temática a autora destaca:

Cognição é o ato ou processo da aquisição de conhecimento que se dá através percepção, da atenção, da memória, do raciocínio, do juízo, da imaginação, do pensamento e linguagem. É o conjunto dos processos mentais usados nos pensamentos, na classificação, no reconhecimento e na compreensão para o julgamento através do raciocínio para o aprendizado de determinados sistemas e soluções e problemas. (SILVA, 2014, p. 59).

Existem fatores que interferem nas questões cognitivas, como, individuais, a idade mais avançada, baixa escolaridade, doenças, hábitos e vida, aptidões e aspectos psíquicos e socioculturais (BRASIL, 2006).

Manter a sua capacidade cognitiva e mental dentre os idosos pesquisados é algo importante que se relaciona com questões cotidianas individuais e também no convívio social e comunitário, a convivência em grupo pode representar novas perspectivas de desenvolvimento para a pessoa idosa.

7.4. AS CONTRIBUIÇÕES DO PROCESSO DE APRENDIZAGEM PARA A PESSOA IDOSA

De acordo com as respostas dos entrevistados, os mesmos relatam que obtiveram através do processo de escolarização, diversas contribuições em seu cotidiano, entre elas, contribuições no sentido de poder gerar seu autocuidado diante das demandas de saúde, poder ter independência diante das suas necessidades, tanto no seu contexto individual como social, podendo exercer a sua cidadania. Observa-se estes fatos nos relatos que seguem:

“Pegar o ônibus, facilitou ver os preços nos mercados, fazer conta, não ser mais logado.” (Gerânio).

“A ler a bíblia.” (Jasmim).

“Aprendi a me defender com dinheiro conta, ler as coisas em locais públicos, ser independente.” (Violeta).

“Aprendi a me virar ir em uma loja sozinha, a ler a bíblia, a pegar o ônibus, ir no banco tudo ficou mais fácil, os netos ficaram muito felizes.” (Rosa).

“Aprendi a ler, a embarcar na lotação correta, saber as coisas da saúde onde ir, tomar as medicações corretas, eu não sabia ver a hora e agora já sei.” (Margarida).

“A conviver e conversar melhor e ter mais alegria.” (Cravo).

A alfabetização e a leitura são instrumentos importantes para a inserção social da pessoa idosa e também contribui nas suas necessidades cotidianas, como ir ao supermercado, realizar contas, administrar a sua renda, na aquisição de conhecimentos, entre outros.

Como destaca a autora, “a leitura torna-se um ponto importante como forma de possibilitar e compreender melhor o mundo, a vida a sociedade, a política, a economia, enfim, tudo aquilo que cerca o universo do estudante.” (SOARES, 2014, p. 94).

Segundo o texto, em relação a cidadania, destaca-se o seguinte:

A cidadania é um processo, uma conquista e não somente uma condição estática e formal inscrita nos textos legais. Além do reconhecimento legal, a cidadania implica a política e as políticas, a garantia dos direitos e do sujeito de direitos em suas relações com o Estado, a sociedade, a comunidade e a família, para que se possa exercê-los na prática cotidiana. (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2008, p. 33).

Segundo a entrevistada “Lavanda”, através de sua interação social na escola ocorreu a melhora da sua depressão. Conforme relato a seguir:

“Melhorei da depressão.” (Lavanda).

Nem todo o idoso tem depressão, mas é importante observamos a questão da saúde mental dessa população e o quanto isso pode afetar as suas relações sociais. Segundo o texto os sinais da depressão são:

Sensações de tristeza e fadiga, memória e concentração diminuídas, sentimento de culpa, ou demérito, distúrbios do sono, do apetite com ganho ou perda excessiva de peso, inquietações, espectro de atenção prejudicado e pensamentos suicidas. (SILVA, 2014, p. 64).

7.5 SENTIMENTOS EM RELAÇÃO À ESCOLA

Os dados demonstram satisfação pessoal, são as suas percepções de felicidades que para cada sujeito tem uma definição, destaca-se aqui que durante as entrevistas as expressões nos rostos, nas falas eram de alegria, e sorriso. Observa-se estes fatos nos relatos que seguem:

“Me sinto feliz. Gosto das amizades.” (Gerânio).

“Sinto que aqui tenho uma família, gosto de estudar e da direção da escola.” (Rosa).

“Muito bem, gosto dos colegas de turma.” (Margarida).

“Feliz. Gosto das amizades na turma e dos professores.” (Jasmim).

“Feliz. Gosto das amizades que fiz na escola.” (Violeta).

“Feliz pela convivência com os colegas.” (Cravo).

“Feliz devido ao convívio com os colegas.” (Lavanda).

Segundo a autora, “é na velhice que recai, de forma mais intensa, o isolacionismo da sociedade contemporânea, a condição de solidão a que muitos idosos estão submetidos é avassaladora.” (CORREA, 2009, p. 12).

Destaca-se aqui os termos amizades, família e convivência, sendo fatores importantes para a socialização da pessoa idosa, nos quais constroem laços afetivos, estamos vivenciando uma era digital que está afetando as relações sociais, e encaminhando a sociedade para a individualização da vida.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O envelhecimento é um processo natural, as pessoas idosas durante muito tempo culturalmente e socialmente passaram por estigmas, foram rotulados e estereotipados por toda

a sociedade, nas quais muitas vezes os limitam, as normas de proteção, os direitos sociais, civis, políticos entre outros são recentes em nossa sociedade.

O envelhecimento não é um processo homogêneo, as diferenças entre as classes sociais afetam muito esse processo, o que repercute na trajetória de vida do sujeito. A garantia a educação sendo essa considerada como um direito fundamental e uma política pública é algo recente no Brasil.

Ao analisar os aspectos históricos da Educação de Jovens e Adultos, compreendeu-se que sempre existiram muitas fragilidades, descontinuidade, práticas assistencialistas e fragmentação desse modelo no país.

O direito universal à educação ficou em segundo plano sendo também de caráter compensatório em relação às outras modalidades educação. A educação voltada aos jovens e adultos esteve durante muito tempo atrelado ao desenvolvimento industrial do país, as concepções presentes acreditavam que o analfabetismo era a umas das causas do atraso do desenvolvimento do Brasil, esteve ligada ao interesse pelo aumento de eleitores e também, identificou-se que durante muito tempo o Estado não assumiu a educação como um dever, e nem os direitos da pessoa idosa.

No contexto da formação da nossa sociedade brasileira, identificou-se na pesquisa que as nossas constituições federais anteriores a atual e vigente (1988), em relação às garantias constitucionais estavam atreladas ao processo de produção, ao trabalho, só tinha direito o trabalhador que contribuiu com o sistema previdenciário.

Embora a educação de jovens e adultos busque atender as demandas do capital, a função da educação na vida dos idosos e idosas pesquisados, vem de encontro com outras demandas que não foram conquistadas em outras fases da sua vida.

Diante dos dados colhidos a partir das entrevistas, identificou-se que a educação para esses idosos vai muito além de apreender a ler e escrever, ela é um importante instrumento para o exercício do pensamento, de conhecimento, da busca e concretização de seus projetos de vida, contribuindo para a sua vida em sociedade, sendo a educação direito essencial para a sua cidadania, autonomia, independência, contribuindo para que possa ser um novo ator social, redescobrimo outras formas de viver, estando integrado a determinados grupos na sociedade. A educação contribui para o envelhecimento e para outras necessidades sociais dos idosos.

Atualmente em um contexto neoliberal de destituição de direitos, de individualização das expressões da questão social encontramos contradições, no sentido de que existem preocupações com o envelhecimento com a longevidade, com a qualidade de vida, mas, ao mesmo tempo, ocorre o desmonte de muitos direitos sociais que já estão assegurados, precisamos nos preocupar com essas questões já que poderemos envelhecer também.

É importante que estejamos atentos para que sejam cumpridos os direitos da pessoa idosa, contribuir na problematização e consolidação das políticas públicas e sociais, contribuindo na proteção dos direitos da nossa população idosa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Cadernos de Atenção Básica. **Envelhecimento e saúde da pessoa idosa**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Brasília, DF: 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaoconsolidado.htm. Acesso em: 20 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. LDB. Lei 9394/96 – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 20 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Brasil Alfabetizado**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-brasil-alfabetizado>. Acesso em: 15 out. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.535/2017**. Altera o art. 25 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para garantir aos idosos a oferta de cursos e programas de extensão pelas instituições de educação superior. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13535.htm. Acesso em: 20 set. 2019.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Dez anos do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso: repertórios e implicações de um processo democrático**. Ministério da Justiça, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2013.

BRASIL. **Estatuto do idoso**. 6. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2018.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). (2000). Parecer CNE/CEB nº 11/2000. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Brasília. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf. Acesso em: 20 out. 2019.

CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange. Envelhecimento da População Brasileira: uma contribuição demográfica. *In*: FREITAS, Elizabete Viana; PY, Lígia (Org.). **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. Cap 5. p. 58-72.

CHAPECÓ. **Projeto Político Pedagógico da Escola Básica Municipal de Educação de Jovens e Adultos Paulo Freire**, 2018.

PASINATO, Maria Teresa. Introdução. *In*: CAMARANO, Ana Amélia (Org.). **Os Novos Idosos Brasileiros Muito Além Dos 60?**. Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CELICHI, K. L et al. A Dimensão espiritual no envelhecimento com qualidade de vida. *In*: BETTINELLI, Luiz Antonio; PORTELLA, Marilene Rodrigues; PASQUALOTTI, Anderson

(Org.). **Envelhecimento Humano: múltiplas abordagens**. Passo Fundo: UPF, 2008. p.176-188.

CORREA, Mariele Rodrigues. **Cartografias do envelhecimento na contemporaneidade: velhice e terceira idade**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

CHAIMOWICZ, Flávio. **Saúde do Idoso**. Belo Horizonte: Nescon/UFMG, 2009.

DAMKE, Ilda Righi. **O processo de conhecimento na pedagogia da libertação: as ideias de Freire, Fiori e Dussel**. Petrópolis: Vozes, 1995.

ESCOBAR, Karin Alves do Amaral; SOUZA, Flávia Aparecida de. **Análise de políticas sociais para idosos no Brasil: um estudo bibliográfico**. Cadernos Unifoa. Volta Redonda, n. 30, p. 47-55, abr. 2016. Disponível em: <http://revistas.unifoa.edu.br/index.php/cadernos/article/view/376>. Acesso em: 22 ago. 2019

FALEIROS, Vicente de Paula. **Cidadania e Direitos da Pessoa idosa**. Ser Social, Brasília, N. 20, p. 35-61, jan./jun, 2007. Disponível em: http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12766. Acesso em: 22 ago.19

FÁVERO, Altair Alberto; SANTIN Janaína Rigo. Redescrivendo a Velhice: perspectivas pragmatistas para uma utopia do envelhecimento. *In*: BETTINELLI, Luiz Antonio; PORTELLA, Marilene Rodrigues; PASQUALOTTI, Anderson (Org.). **Envelhecimento Humano: múltiplas abordagens**. Passo Fundo: UPF, 2008.

FERREIRA, Heloísa Gonçalves; BARHAM, Elizabeth Joan. **O Envolvimento de idosos em atividades prazerosas: Revisão da Literatura sobre Instrumentos de Aferição**. REV. BRAS. GERIATRIA. GERONTOLOGIA. RIO DE JANEIRO, 2011. p. 579-590. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbgg/v14n3/v14n3a17.pdf>. Acesso em: 12 out. 2019.

FERREIRA, Ana Paula; TEIXEIRA, Solange Maria. Direitos da pessoa idosa: desafios à sua efetivação na sociedade brasileira. Argumentum, Vitória (ES), v. 6, n.1, p. 160-173, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/viewFile/7486/5758>. Acesso em: 20 set. 2019.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. **Educação a Distância Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa**. Rio de Janeiro: EAD/ENSP, 2008. Disponível em: http://www5.ensp.fiocruz.br/biblioteca/dados/txt_912998204.pdf. Acesso em: 21 out. 2019.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural: para a liberdade e outros escritos**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREIRE, Poliana. C. M; CARNEIRO, Maria. E. F. **Reflexões Sobre a Educação de Jovens e Adultos: contradições e possibilidades**. 2016. Anais do III Colóquio Nacional | Eixo Temático I – Políticas em educação profissional. ISSN: 2358-1190. Disponível em:

<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/3469/1474>. Acesso em: 19 set. 2019.

FRIEDRICH, Marcia; BENITE, Anna M. Canavarro; BENITE, Claudio R. Machado; PEREIRA, Viviane Soares. **Trajetória da Escolarização de Jovens e Adultos no Brasil:** de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas. Ensaio: aval.pol.públ.Educ. [online]. 2010, vol.18, n.67, p. 389-410. ISSN 0104-4036. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-40362010000200011&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 04 ago. 19.

GADOTTI, Moacir. **Pensamento Pedagógico Brasileiro**. 4.ed. São Paulo: Ática, 1991.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 22 out. 2019.

HADDAD Sérgio; PIERRO, Maria Clara Di. **Escolarização de jovens e adultos**. Mai/Jun/Jul/Ago 2000 Nº 14. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a07.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2019.

LISE, Luana; ANDREOLLA Register. O Novo Sujeito da Educação de Jovens e Adultos: um diagnóstico necessário para uma intervenção pedagógica significativa. *In:* LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes (Org.). **Educação de jovens, adultos e idosos na diversidade:** processos de intervenção na realidade escolar e social. Florianópolis: Apoio, 2014. p. 58-73.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; COIMBRA, Carlos Jr. **Antropologia, saúde e envelhecimento**. Rio de Janeiro: Fio Cruz, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. 30. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Envelhecimento demográfico e lugar do idoso no ciclo da vida brasileira. *In:* TRENCH, Belkis; COSTA, Tereza Etsuko.(Org.). **Nós e o Outro: envelhecimento, reflexões, práticas e pesquisa**. São Paulo: Instituto de Saúde, 2011. p 7-16.

NERI, Anita. Envelhecimento Cognitivo. *In:* FREITAS, Elizabete Viana de; PY, Lígia (Org.). **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013. Cap. 131. p. 20258-2045.

NETTO, Matheus Papaléo. O Estudo da Velhice: histórico e definição do campo e termos básicos. *In:* FREITAS, Elizabete Viana de; PY, Lígia (Org.). **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. Cap. 1. p. 3-13.

OLIVEIRA, José Francisco. Envelhecimento nos caminhos da Filosofia. *In:* FREITAS, Elizabete Viana de; PY, Lígia (Org.). **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. Cap 4. p. 47-57.

OLIVEIRA, Paola Andressa; SCORTEGAGNA, Rita de Cassia da Silva . **EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL:** uma análise histórico-crítica. Revista Eletrônica de

Ciências da Educação, Campo Largo, v. 5, n. 2, nov 2006, Disponível em <http://www.periodicosibepes.org.br/index.php/reped/article/view/287/193>. Acesso em: 06 ago.2019.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Governo do Estado do Paraná. **DIRETRIZES CURRICULARES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**. Curitiba, 2006.

PASCHOAL, Sérgio Marcio Pacheco. Qualidade de Vida na Velhice. In: FREITAS, Elisabete Viana; PY, Lígia (Org.). **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. 3. ed. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 2011. Cap 7. p. 99-106.

RUMMERT, Sonia Maria; VENTURA Jaqueline Pereira. **Políticas públicas para educação de jovens e adultos no Brasil: a permanente (re)construção da subalternidade, considerações sobre os Programas Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola**. Educar, Curitiba, n. 29, p. 29-45, 2007. Editora UFPR. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602007000100004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 19 out. 2019.

SANTOS, Silvana Sidiney Costa. **Envelhecimento: visão de filósofos da antiguidade oriental e ocidental**. Rev. RENE. Fortaleza, v. 2, n. 1, p. 88-94. jul./dez./2001. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/rene/article/view/5837>. Acesso em: 22 ago. 2019.

SARTORI, Anderson et al. Educação de Jovens e Adultos: o processo de intervenção para a inserção de EJA no município de Otacílio Costa/SC. In: LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes (Org.). **Educação de jovens, adultos e idosos na diversidade: processos de intervenção na realidade escolar e social**. Florianópolis: Apoio, 2014. p. 338-364.

SARTORI, Anderson et al. Legislação, Políticas Públicas e Concepções de Educação de Jovens e Adultos. In: LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes (Org.). **Educação de Jovens, Adultos e Educação na diversidade**. Florianópolis: UFSC, 2011. p. 14-125.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SOARES, Emanuele Peccin. Lendo e Entendendo o meu mundo: a intervenção em centro de internação provisória. In: LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes (Org.). **Educação de jovens, adultos e idosos na diversidade: processos de intervenção na realidade escolar e social**. Florianópolis: Apoio, 2014. p. 94-103.

SCORTEGAGNA, Paola Andressa; OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. **Educação de Jovens e Adultos no Brasil: uma análise histórico-crítica**. Revista Eletrônica de Ciências da Educação RECE. v.5, n.2, 2006. Disponível em: <http://www.periodicosibepes.org.br/index.php/reped/article/view/287>. Acesso em: 04 ago. 2019

SILVA, Débora Cristina. **Gerontologia e Geriatria: aspectos fisiológicos, psicológicos e sociais do envelhecimento**. 1. ed. São Paulo: Érica, 2014.

SOUZA, Ana Inês (Org.). **Paulo Freire: vida e obra**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Envelhecimento ativo**: uma política de saúde
Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005. 60 p. Disponível em:
http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_ativo.pdf. Acesso em: 25 ago.
2019.

ZIMERMAN, Guite I. **Velhice aspectos biopsicossocial**. Artmed. 1º ed. Porto Alegre, 2005.

APÊNDICES**APÊNDICE A. ROTEIRO DA ENTREVISTA APLICADA AOS IDOSOS**

1. Idade: _____

2. Sexo

() masculino () feminino

3. Há quanto tempo está nessa escola?

4. Sabe ler e escrever?

() sim () não

5. Em que série/fase estuda?

6. Quais as disciplinas/matéria que mais gosta?

7. Como foi a sua trajetória escolar anterior?

8. Quais os motivos para estar estudando?

9. Após ter voltado a estudar, até os dias de hoje quais as contribuições do que você aprendeu para a sua vida?

10. Como se sente no espaço escolar, e do que você mais gosta?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, do projeto de pesquisa “**A pessoa idosa e o retorno a sala de aula: nunca é tarde**”, de responsabilidade da pesquisadora: Anauê Jaciara Maison, acadêmica do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, com orientação da Prof.^a Dr.^a Maria Alice Canzi Ames, que está sendo realizado na Escola Básica Municipal de Educação de Jovens e Adultos Paulo Freire do município de Chapecó/SC.

Declaro que fui informado pela pesquisadora em apresentação na sala de aula, os objetivos da pesquisa, que meus dados, meu nome será mantido em sigilo, assegurando assim a minha privacidade. Fui informado que os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa. Em caso de dúvidas entrar em contato pelo telefone: 49 99982-9313 (Anauê) ou pelo e-mail: anaue.uffs@gmail.com.

Eu, _____
_____, declaro ter sido informado quanto aos objetivos da pesquisa e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito

Chapecó, _____ de _____ de 20____.